

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.197 - PR (2015/0280510-7)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : AUREA PADILHA VANETI**  
**ADVOGADOS : RENATA CRISTINA DO LAGO PICOLLI - PR029607**  
**ROBERTA PERALTO DE OLIVEIRA - PR044856**  
**RECORRIDO : ELMA SPIGUEL RIBEIRO**  
**RECORRIDO : DARLY SPIGUEL**  
**RECORRIDO : MAURO SPIGUEL**  
**RECORRIDO : BELMIRO SPIGUEL**  
**RECORRIDO : ADELMO SPIGUEL - ESPÓLIO**  
**RECORRIDO : ELENICE SPIGUEL SANTOS - HERDEIRO**  
**RECORRIDO : EDILENE DO CARMO SPIGUEL RODRIGUES - HERDEIRO**  
**RECORRIDO : EDNA DO CARMO SPIGUEL - HERDEIRO**  
**RECORRIDO : SIRLENE ASSUNCAO SPIGUEL - HERDEIRO**  
**RECORRIDO : MAURA SPIGUEL REGO - HERDEIRO**  
**RECORRIDO : ILDA SPIGUEL DE ARAUJO - HERDEIRO**  
**ADVOGADOS : JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA - PR005869**  
**EDSON MITSUO TIUJO - PR035933**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte  
ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELOS IRMÃOS  
DO DE CUJUS, CONTRA DECISÃO QUE DECLAROU A  
COMPANHEIRA A ÚNICA HERDEIRA DOS BENS POR ELE  
DEIXADOS - APLICABILIDADE DO INCISO III DO ARTIGO  
1790 DO CÓDIGO CIVIL - DECISÃO REFORMADA -  
AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.

Alega-se violação dos artigos 1790, III, e 1829, III, do Código Civil sob o  
argumento de que não pode haver diferenciação, para fins sucessórios, entre cônjuge e  
companheira.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O juízo de primeiro grau decidiu que, "como a sucessão foi aberta na  
vigência do Código Civil Brasileiro ora vigente, os dispositivos contidos neste acerca dos  
direitos sucessórios, especialmente quanto à distribuição da herança entre a meeira e  
herdeiros, é que são aplicáveis. E como o Código Civil Brasileiro versou sobre matéria

# *Superior Tribunal de Justiça*

contida anteriormente em lei extravagante, no caso, a Lei n. 8.971, de 29-12-1994, tem-se que foram derogados os dispositivos existentes nesta última tratando do mesmo assunto, passando a valer os dispositivos do Código Civil Brasileiro. Contudo, conforme bem lembrado pela inventariante, ofende a ordem constitucional vigente, especialmente aquela prevista no art. 226, § 3º, a diferenciação de tratamento entre união estável e casamento que se infere da leitura do art. 1.790, III, e do art. 1.829, III, ambos do Código Civil Brasileiro, de forma que o companheiro ou a companheira devem receber o mesmo estatuto previsto como se casados fossem com o autor da herança.

2 - Assim sendo, a inventariante Áurea Padilha Vaneti é a única herdeira dos bens deixados por Carlos Segóbia Spiguel, nos termos do art. 1.829, III do Código Civil Brasileiro. 30 (sic) Com isso, remanesce sem objeto a pretensão dos colaterais do falecido de se apresentarem como herdeiros" (e-STJ, fl. 109).

Os irmãos do falecido, todavia, interpuseram agravo de instrumento no Tribunal local, o qual foi provido para afastar a qualidade da recorrente como única herdeira.

Este Tribunal Superior, todavia, na esteira do que decidido pelo Supremos Tribunal Federal, comunga do entendimento de que não pode mesmo haver diferenciação entre cônjuge e companheira para efeitos sucessórios.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. SUCESSÃO. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL. FILHOS COMUNS E EXCLUSIVOS. BEM ADQUIRIDO ONEROSAMENTE NA CONSTÂNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL. REGIMES JURÍDICOS DIFERENTES. ART. 1790, INCISOS I E II, DO CC/2002. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. EQUIPARAÇÃO. CF/1988. NOVA FASE DO DIREITO DE FAMÍLIA. VARIEDADE DE TIPOS INTERPESSOAIS DE CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA. ART. 1829, INCISO I, DO CC/2002. INCIDÊNCIA AO CASAMENTO E À UNIÃO ESTÁVEL. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA COM TRÂNSITO EM JULGADO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. SÚM 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. NÃO OCORRÊNCIA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. A diferenciação entre os regimes sucessórios do casamento e da união estável promovida pelo art. 1.790 do Código Civil de 2002 é inconstitucional. Decisão proferida pelo Plenário do STF, em julgamento havido em 10/5/2017, nos RE 878.694/MG e RE 646.721/RS.

2. Considerando-se que não há espaço legítimo para o estabelecimento de regimes sucessórios distintos entre cônjuges e companheiros, a lacuna criada com a declaração de inconstitucionalidade do art. 1.790 do CC/2002 deve ser preenchida com a aplicação do regramento previsto no art. 1.829 do CC/2002. Logo, tanto a sucessão de cônjuges como a sucessão de companheiros devem seguir, a partir da decisão desta Corte, o regime atualmente traçado no art. 1.829 do CC/2002 (RE 878.694/MG, relator Ministro Luis Roberto Barroso).

3. Na hipótese, há peculiaridade aventada por um dos filhos, qual seja, a existência de um pacto antenupcial - em que se estipulou o regime da separação total de bens - que era voltado ao futuro casamento dos companheiros, mas que acabou por não se concretizar. Assim, a partir da celebração do pacto antenupcial, em 4 de março de 1997 (fl. 910), a união estável deverá ser regida pelo regime da separação convencional de bens. Precedente: REsp 1.483.863/SP. Apesar disso, continuará havendo, para fins sucessórios, a incidência do 1.829, I, do CC.

4. Deveras, a Segunda Seção do STJ pacificou o entendimento de que "o cônjuge sobrevivente casado sob o regime de separação convencional de bens ostenta a condição de herdeiro necessário e concorre com os descendentes do falecido, a teor do que dispõe o art. 1.829, I, do CC/2002, e de que a exceção recai somente na hipótese de separação legal de bens fundada no art. 1.641 do CC/2002".

5. Agravo interno que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1318249/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 4/6/2018)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. SUCESSÃO. INVENTÁRIO. UNIÃO ESTÁVEL. CONCORRÊNCIA HÍBRIDA. FILHOS COMUNS E EXCLUSIVOS. ART. 1790, INCISOS I E II, DO CC/2002. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. APLICAÇÃO AO CÔNJUGE OU CONVIVENTE SUPÉRSTITE DO ART. 1829, INCISO I, DO

CC/2002. DOAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE RECONHECIMENTO DA VIOLAÇÃO DA METADE DISPONÍVEL. SÚMULAS 282/STF E 7/STJ.

1. Controvérsia em torno da fixação do quinhão hereditário a que faz jus a companheira, quando concorre com um filho comum e, ainda, outros seis filhos exclusivos do autor da herança.
2. O Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do e. Min. Luís Roberto Barroso, quando do julgamento do RE 878.694/MG, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 1.790 do CCB tendo em vista a marcante e inconstitucional diferenciação entre os regimes sucessórios do casamento e da união estável.
3. Insubsistência da discussão do quanto disposto nos incisos I e II do art. 1.790, do CCB, acerca do quinhão da convivente - se o mesmo que o dos filhos (desimportando se comuns ou exclusivos do falecido) -, pois declarado inconstitucional, reconhecendo-se a incidência do art. 1.829 do CCB.
4. "Nos termos do art. 1.829, I, do Código Civil de 2002, o cônjuge sobrevivente, casado no regime de comunhão parcial de bens, concorrerá com os descendentes do cônjuge falecido somente quando este tiver deixado bens particulares. A referida concorrência dar-se-á exclusivamente quanto aos bens particulares constantes do acervo hereditário do de cujus." (REsp 1368123/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/04/2015, DJe 08/06/2015)
5. Necessária aplicação do direito à espécie, pois, reconhecida a incidência do art. 1.829, I, do CCB e em face da aplicação das normas sucessórias relativas ao casamento, aplicável o art. 1.832 do CCB, cuja análise deve ser, de pronto, realizada por esta Corte Superior, notadamente em face da quota mínima estabelecida ao final do referido dispositivo em favor do cônjuge (e agora companheiro), de 1/4 da herança, quando concorre com seus descendentes.
6. A interpretação mais razoável do enunciado normativo do art. 1.832 do Código Civil é a de que a reserva de 1/4 da herança restringe-se à hipótese em que o cônjuge ou companheiro concorrem com os descendentes comuns. Enunciado 527 da Jornada de Direito Civil.
7. A interpretação restritiva dessa disposição legal assegura a igualdade entre os filhos, que dimana do Código Civil (art. 1.834 do CCB) e da própria Constituição Federal (art. 227, § 6º, da CF), bem como o direito dos descendentes exclusivos não verem seu

# *Superior Tribunal de Justiça*

patrimônio injustificadamente reduzido mediante interpretação extensiva de norma.

8. Não haverá falar em reserva quando a concorrência se estabelece entre o cônjuge/companheiro e os descendentes apenas do autor da herança ou, ainda, na hipótese de concorrência híbrida, ou seja, quando concorrem descendentes comuns e exclusivos do falecido.

9. Especificamente na hipótese de concorrência híbrida o quinhão hereditário do consorte há de ser igual ao dos descendentes.

10. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1617650/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 1/7/2019)

Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso especial para restabelecer a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora